

As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (II)

Alberto Passos Guimarães

Novos Rumos, 29 de julho a 04 de agosto de 1960.

Página 09.

Afirmam as “Teses” que o “movimento camponês se ressentia de grande atraso e é muito baixo o seu nível de organização”(tópico 30). Isso equivale a afirmar que a luta de classes no campo ainda não pôde desenvolver-se livremente, não pôde adquirir ainda um “caráter aberto e consciente”, para usar uma expressão de Lênin.

É justa essa afirmação das “Teses”?

Creio que é justa.

Os comunistas brasileiros passaram muitos anos enganando-se a si mesmos com uma perspectiva exagerada da revolução agrária. Partindo de premissas certas como as de que havia forte semelhança entre a situação de miséria e opressão feudal em nosso país e a de vários países asiáticos e do Leste Europeu, tiravam conclusões erradas sobre uma inexistente analogia entre o grau de maturidade do movimento camponês aqui e o de outras partes do mundo.

Como comparar, por exemplo, o grau de desenvolvimento da luta de classes no campo do Brasil, país de campesinato muito recente, com o daqueles países onde o campesinato tem uma experiência milenar? Pode haver grande analogia entre movimento camponês no Brasil, onde os levantes camponeses se contam nos dedos, e o movimento camponês na Rússia czarista, onde até 1905 tinha havido mais de 2000 levantes camponeses de importância? Pode haver grande analogia entre o nosso e o movimento camponês no ocidente da Europa, onde por séculos perduraram as guerras camponesas? Pode o nosso movimento camponês ser comparado com o da China, onde as revoltas contra a classe dos latifundiários começaram com a dinastia dos Chin, no ano 221 antes de Cristo, foram-se repetindo séculos afora, passando pela revolta dos Tai-Ping, no século passado, pela revolução agrária de 1928-1937, até culminar com a vitória de 1949?

Não é verdade que a mais radical transformação ocorrida no campo brasileiro – a abolição da escravatura – resultou, fundamentalmente, de um movimento impulsionado e dirigido pela pequena burguesia urbana?

Tudo isso não nos leva a negar, absolutamente, a existência da luta de classes no campo, o que seria uma conclusão absurda. Leva-nos, porém, a afirmar que,

indiscutivelmente, a luta de classes ainda não adquiriu um “caráter aberto e consciente”, ainda não atingiu um elevado grau de desenvolvimento e que o movimento camponês no Brasil está atrasado, não só em comparação com o movimento camponês de outros países, como também em relação ao movimento democrático geral, dentro de nosso próprio país.

Portanto, para formular os problemas da revolução agrária no Brasil, é preciso levar em conta essa situação específica.

Em virtude dessa situação específica, as “Teses” estabelecem que se deve “atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas”, os quais, também pelo fato de se acharem menos dispersos e mais concentrados do que em geral a massa camponesa, “são mais suscetíveis de organizar-se” e “podem constituir as bases iniciais para a mobilização das massas camponesas”.

As “Teses” oferecem, deste modo, uma contribuição nova para a tática de mobilização das massas do campo, em inteira correspondência com a situação concreta de nosso país e com a linha política em vigor.

A experiência nos mostrou o erro grosseiro de nossa antiga linha “esquerdista”, ao pretender começar por meios artificiais uma imaginária “revolução” no campo, com a imposição de práticas aventureiras e desesperadas, completamente desligadas da realidade.

Só os subjetivistas mais empedernidos poderiam abrigar em suas cabeças a idéia de que seria possível improvisar uma revolução despachando para o campo quatro ou cinco dezenas de pessoas dedicadas, com a missão de “levantar os camponeses...”

Se aqueles companheiros, deformados pelo subjetivismo, se dessem ao trabalho de pensar, acabariam por perceber que há no Brasil onze milhões de trabalhadores rurais, distribuídos por dois milhões de estabelecimentos agrícolas. Quantas pessoas seriam necessárias para ir ao campo e “levantar os camponeses?” Quinhentas mil? Cem mil? Ou “apenas” dez mil?

A frente dos assalariados e semi-assalariados

Assim como seria um sonho fantástico “levantar” os operários mandando “missionários” às nossas 100 mil fábricas, não é um sonho ainda mais fantástico “levantar” os camponeses mandando emissários a 2 milhões de estabelecimentos rurais?

Afastando-se dessas delirantes fantasias as “Teses” apontam a maneira certa de atingir em larga escala as massas do campo através dos assalariados e semi-assalariados agrícolas, organizando-os por meios legais em suas associações de classe, despertando-os para a luta por seus direitos e reivindicações, elevando o grau de consciência de sua luta de classe.

Portanto, do ponto de vista da construção da aliança operário-camponesa, a frente da luta de classe dos assalariados e semi-assalariados agrícolas (que muito freqüentemente aliam à condição de assalariados a condição de camponeses) tem especial preponderância sobre as demais. Por intermédio dessa frente será possível montar as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo.

Como se compõem e como se distribuem as forças de classe nessa frente?

Não participo da convicção do companheiro Caio Prado Júnior, de que os assalariados estão em absoluta superioridade no campo e de que as formas assalariadas já estão predominando de modo incontestável em todos os setores da produção agrícola.

Uma leitura mais atente dos resultados do último recenseamento nos mostrará o contrário. De acordo com o Censo de 1950, havia nos dois milhões de estabelecimentos agropecuários 11 milhões de trabalhadores, dos quais cerca de 2 milhões de pessoas eram as responsáveis pela gestão daqueles estabelecimentos (proprietários e arrendatários à frente da exploração, administradores, etc.); cerca de 4 milhões de pessoas constituíam os membros não remunerados das famílias dos responsáveis, isto é, menores e mulheres em sua maioria, que trabalham ajudando os chefes da família sem receberem remuneração direta nenhuma; 2,7 milhões eram “empregados” dos estabelecimentos; e 1,3 milhões eram “parceiros”.

Desde logo é preciso observar que o Censo excluiu da contagem os “moradores”, “agregados”, etc., que são pessoas, segundo o Censo, que se “caracterizam pelo fato de prestar serviços remunerados em dinheiro ou em espécie, com o direito de utilizar, em proveito próprio, terras do estabelecimento”. Estas pessoas, segundo o critério marxista-leninista são camponeses feudais, sem terra, que prestam serviços pessoais. Não se sabendo quanto eles representam no conjunto, os resultados censitários tendem a exagerar o caráter capitalista de nossa mão-de-obra rural, pois omitem uma parte desta que se inclui no contingente de trabalhadores sujeitos a formas pré-capitalistas de trabalho.

Mas isso não é tudo. A própria conceituação de “empregado”, adotada no Censo, mistura os assalariados propriamente ditos (pessoas que trabalham mediante remuneração em dinheiro) com as pessoas remuneradas com parte em dinheiro e parte em produtos que percebiam a maior parte em dinheiro. Assim, um meeiro que trabalhasse todo o ano como meeiro e na época do Censo estivesse, temporariamente, contratado para receber uma parte maior em dinheiro, foi considerado “empregado”. É possível, pois, que o número de “empregados” apresentado no Censo esteja acima da realidade da época, e que o de “parceiros”, juntamente com o de “moradores”, superasse, de fato, o número de assalariados propriamente ditos.

Essas são hipóteses irredutíveis, embora nada se possa afirmar com segurança a respeito. De qualquer modo, a prudência nos aconselha a não exagerar o caráter capitalista de nossa mão-de-obra rural, tanto mais que, mesmo que fossem todos os 3,7 milhões de “empregados” compostos de assalariados, na sua forma capitalista, esse número, ainda assim, seria inferior à soma dos trabalhadores membros de família (4 milhões) e dos “parceiros” (1,3 milhões), ou sejam, 5,3 milhões de pessoas que se dedicavam a prestar trabalho pessoal, pré-capitalista por sua natureza, sem remuneração direta em dinheiro.

Também os “parceiros” do Censo não são parceiros no sentido capitalista, mas sim “meeiros” semifeudais, pois se trata de pessoas que não têm autonomia econômica, estão subordinadas à administração do estabelecimento, e se enquadram no conceito marxista de renda-produto. Os parceiros autônomos, de natureza capitalista, foram pelo recenseamento considerados no grupo “responsável e membros não remunerados da família”, como está dito na Introdução ao volume do Censo Agrícola.

Disso se pode tirar as seguintes conclusões: 1º) o número de assalariados agrícolas não é superior ao de trabalhadores agrícolas que fazem, nos moldes pré-capitalistas, prestação pessoal de serviços, muitos deles gratuitamente; 2º) dos 3,7 milhões de “empregados”, encontrados pelo Censo, não se pode dizer quantos são os assalariados, (que recebem em dinheiro) e os semi-assalariados (que recebem parte em dinheiro e parte em produtos).

Evidentemente, essas conclusões não nos impedem de reconhecer que, com o desenvolvimento capitalista no campo, o número de assalariados tende a crescer e que as formas assalariadas tendem a se despojar de seus traços feudais, à medida que tenha curso livre a luta de classe do proletariado rural. Entretanto, esses aspectos, não podem passar despercebidos a todos quantos tenham de formar uma idéia exata da situação

concreta no campo, sem cair em exageros, quer a respeito do predomínio das formas capitalistas de trabalho, quer a respeito do papel ainda decisivo das formas pré-capitalistas de trabalho.

Por isso, a organização em sindicatos da massa de assalariados, ainda em número não muito grande, e ainda em estado de pré-consciência quanto seu papel de classe, é uma tarefa difícil que não depende apenas da dedicação e do valor pessoal dos quadros comunistas, mas, principalmente, do apoio do movimento democrático, da cidade e do campo, em favor da extensão, ao meio rural, dos direitos consagrados na legislação trabalhista.

A frente contra o latifúndio

A frente do campesinato contra os restos do feudalismo e o latifúndio é mais numerosa, mais ampla e mais complexa que a frente dos assalariados e semi-assalariados. Ela abrange em primeiro lugar, o enorme contingente do campesinato pré-capitalista, semifeudal, que inclui os trabalhadores rurais da categoria renda-trabalho (“moradores”, “agregados” e todos os que realizam prestação de serviço pessoal gratuito ou semi-gratuito), os trabalhadores rurais da categoria renda-produto (meeiros dos diferentes tipos e os considerados pelo recenseamento como “parceiros”) e os trabalhadores rurais da categoria renda-dinheiro (“rendeiros”, “foreiros” e arrendatários não-autônomos ou semi-autônomos como, por exemplo, muitos “arrendatários” do arroz, do algodão, etc. cujas formas de arrendamento, em muitos casos pagos em espécie ou em serviços, não podem considerar-se ainda formas de renda capitalista). Abrange também o campesinato de formação burguesa, isto é, todos os que possuem o domínio ou a posse da terra (proprietários, arrendatários capitalistas, ocupantes ou posseiros).

Os limites da propriedade camponesa poderiam, talvez, estabelecer-se no Brasil, na ordem de 50 hectares, que é a linha divisória até onde o trabalho produtivo da terra repousa sobre a mão-de-obra familiar, a qual no conjunto das explorações até 50 hectares é mais numerosa do que a mão-de-obra assalariada. Ter-se-ia, ainda, uma subdivisão desse conceito : os camponeses pobres (com terra), até aproximadamente os limites de 20 hectares, os quais nunca ou quase nunca admitem mão-de-obra assalariada para o trabalho agrícola, e os camponeses médios (com terra) que trabalham suas terras,

na maioria das vezes com mão-de-obra assalariada – estes nos limites de 20 a 50 hectares.

Nos estabelecimentos acima de 50 hectares e até 500 hectares, estaria, possivelmente, dentro das condições brasileiras, o campesinato rico ou a exploração agrícola de caráter capitalista. Estes utilizam regularmente, mão-de-obra assalariada e empregam processos de produção a nível técnico mais elevado.

A propriedade latifundiária (do tipo feudal e do tipo aburguesado) estaria, no Brasil, na falta de estabelecimentos de área superior a 500 hectares. Aí a proporção da terra explorada por conta do proprietário territorial é insignificante e a parte inexplorada pelo proprietário da terra, que ocupa extensões imensas, ou é cedida sob diferentes categorias de renda, desde as formas pré-capitalistas (renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro), até as formas capitalistas (arrendamento do tipo mais moderno, com pagamento em dinheiro e inteira autonomia do produtor); ou permanece sem nenhuma utilização.

Na frente da luta de classe contra os restos do feudalismo e contra o latifundismo, alinham-se, de um lado, uma enorme massa de milhões de camponeses semifeudais e camponeses pequeno-burgueses e burgueses, massa esta de composição heterogênea, mas ligada entre si por interesses comuns quando se trata de varrer os restos pré-capitalistas, de libertar-se da coação do monopólio latifundiário e de desenvolver as relações de tipo capitalista que importem em melhorar suas condições de vida. De outro lado, há não mais de 70 mil latifundiários, semifeudais uns, semicapitalistas outros, os quais concentram em suas mãos 144 milhões de hectares de terra, isto é, uma minoria que representa apenas 3,5% do total de estabelecimentos rurais e que detém mais de 60% da área agrícola.

A frente contra o imperialismo

A terceira frente ou terceira forma de luta de classe no campo é ainda mais ampla do que as duas primeiras e baseia-se nas aspirações nacionais a romper os laços de dependência com os monopólios estrangeiros, laços que tornam a opressão feudal ainda mais dolorosa para as massas do campo.

A agricultura semifeudal do Brasil não é uma agricultura semifeudal qualquer: tem uma peculiaridade histórica que a distingue da que existia, por exemplo, nos países

imperialistas como a Rússia czarista ou o Japão dos começos deste século. Esta peculiaridade histórica é o caráter dependente, semicolonial de nossa economia agrária.

Por isso, ao investigarmos as condições da agricultura brasileira, não podemos menosprezar o fato de que ela é uma agricultura semifeudal de um tipo peculiar, baseada na monocultura de exportação, implantada e ainda mantida sob determinadas condições e determinadas limitações impostas segundo os interesses de grupos econômicos estrangeiros.

Os vínculos semicoloniais de nossa agricultura semifeudal não constituem uma abstração, mas sim, têm existência material e pertencem a uma categoria econômica ainda muito pouco estudada em nosso país. Esta categoria econômica é o sistema do capital comprador.

O sistema do capital comprador é o conjunto de relações econômicas que atua, quer na produção, quer na distribuição dos produtos destinados ao mercado exterior. Para que as relações econômicas de tal natureza tenham existência material, elas exigem uma rede de empresas e de agentes cuja função, em última análise, é extrair, por processos extorsivos de coação econômica e extraeconômica, inclusive pelos processos da acumulação primitiva, a maior parte possível da mais-valia e do produto dos camponeses trabalhadores.

Existe em nosso país essa rede de empresas e de agentes do imperialismo?

A nossa realidade mostra que essa rede existe. Nela podemos incluir os monopólios da moagem do trigo (Bung Born, etc.), os frigoríficos (Armour, Anglo, etc.), os compradores e exportadores de fumo (Souza Cruz, etc.), os compradores e exportadores de algodão, amendoim, etc. (Sanbra, Anderson Clayton, etc.), os compradores e exportadores de café (Standard Brands, American Coffee, etc.). Mas o sistema comprador também abrange agentes internos, empresas formalmente nacionais que agem por conta dos monopólios estrangeiros.

Se fizermos um rápido exame retrospectivo de nossa economia agrária, verificaremos que essa rede se estendia, até bem pouco, a um outro produto que liderou por muito tempo nossas exportações – o açúcar. Quando a distribuição deste produto passou, fundamentalmente, do mercado externo para o mercado interno, o sistema do capital comprador, no que se refere à economia açucareira, foi eliminado.

Tal acontecimento – que a muitos parece de menor importância – teve grande significação nas transformações operadas na economia açucareira, e contribuiu decisivamente para abrir caminho a uma série de reformas burguesas, as quais

encontraram sua expressão legal no estatuto da lavoura canavieira (regulamentação das relações entre produtores de cana e usineiros, entre trabalhadores do campo e fabricantes de açúcar, limitação da renda da terra, eliminação nos contratos de trabalho de algumas formas de prestação pessoal, etc.).

Dir-se-á que essas transformações, muitas das quais não tiveram cunho revolucionário, mas cunho reformista, resultaram numa piora da situação da massa dos camponeses, o que é uma verdade. Mas, só os idealistas, os economistas românticos e os populistas podem ignorar que a penetração do capitalismo no campo, principalmente pela via do reformismo, da conciliação com o feudalismo, cria mercado interno à custa da miséria da população rural trabalhadora. Os marxistas não podem ignorar esse imperativo histórico.

Em muitas áreas rurais brasileiras, o sistema do capital comprador (empresas, agentes diretos e indiretos dos monopólios imperialistas, principalmente, norteamericanos) exercem sobre os camponeses uma opressão maior do que a exercida pelos latifundiários. Em outras áreas, o sistema associa, combina e entrelaça de tal modo os interesses do capital comprador com os interesses dos latifundiários que não será possível separar-se fisicamente uns dos outros.

Todos esses aspectos peculiares de nossa agricultura semifeudal fazem convergir nossas atenções para a frente principal da luta no campo, que é a frente antiimperialista.

E, embora aqui não tenham sido examinados senão alguns desses aspectos e haja a respeito ainda muito a dizer, a pesquisar e a concluir, já nos é possível avaliar sua importância e medir a gravidade da subestimação do fator nacional no campo.

Entre as tarefas específicas compreendidas na esfera da luta antiimperialista no campo, podem ser lembradas as seguintes: a) luta contra o aviltamento dos preços, nos mercados mundiais, dos nossos produtos de exportação; b) luta contra os contratos draconianos e todas as demais formas usurárias e espoliadoras de compra de produtos agropecuários; c) luta contra as condições monopolísticas de compra e venda de produtos agrícolas ou de produtos fornecidos à agricultura, por parte de empresas estrangeiras e seus agentes; d) luta pela nacionalização do comércio exterior.

Uma falsificação e vários erros crassos na questão das etapas.

Alberto Passos Guimarães

Novos Rumos, 05 a 11 de agosto de 1960.

Página 05.

Verifico, pelo artigo de autoria do companheiro Jacob Gorender (*Uma teoria direitista das etapas da revolução*), publicado em NOVOS RUMOS, nº 73, que nossas divergências não se limitam à interpretação da realidade brasileira e do pensamento leninista. Divergimos também quanto à maneira por que nos devemos conduzir em nossas polêmicas.

Entre muitas e muitas outras coisas, aprendemos com os clássicos do marxismo o modo correto de debater os problemas controversos quer no terreno da teoria, quer no terreno da prática revolucionária. E o melhor que aprendemos sobre a arte de polemizar com dignidade é não recorrer nunca ao golpe proibido de desfigurar as opiniões do contendor para tornar mais fáceis os próprios argumentos.

Foi isso que o companheiro Jacob Gorender não soube evitar e me deu motivo para que eu diga que seu artigo não é um exemplo de correção, pois ele me atribui malevolamente a afirmativa de que “o proletariado deveria postergar a luta pela hegemonia para a segunda etapa, resignando-se, na primeira, a simplesmente apoiar a burguesia”. E não satisfeito com isso afirma textualmente que eu proponho que “o proletariado e as demais forças revolucionárias se algemem a si mesmos, conformando-se com a manutenção *indefinida do status quo*” (Grifado por JG).

Desafio o companheiro Gorender a provar que tenha lido em meu artigo, ou sequer ouvido de mim, afirmações desse gênero. E não aceito que responda com floreios de sofista, servindo-se como outras pessoas a quem Gorender combate, com palavras de acomodação, como os praticamente isso ou praticamente aquilo”.

Para poder me comprometer com inverdades que eu não proferi nem dei a entender que proferia, Gorender mutila o meu pensamento e faz vista grossa, completamente, sobre dois trechos do meu artigo (“A questão das etapas da Revolução Brasileira”. NOVOS RUMOS, nº71): o primeiro em que escrevo que “as etapas não devem ser consideradas compartimentos estanques, separadas uma da outra por uma muralha intransponível”; e o segundo em que digo com todas as letras que na primeira etapa e dentro da frente única das forças nacionais e democráticas “O PROLETARIADO, ATRAVÉS DOS COMUNISTAS, LUTARÁ PARA ELEVAR

CADA VEZ MAIS SUA INFLUÊNCIA, NUM CRESENTE ESFORÇO PARA CONQUISTAR PARA SI A HEGEMONIA DO MOVIMENTO”.

Não preciso acrescentar mais nada – e deixo ao leitor tirar suas conclusões – para comprovar a falsificação do meu pensamento por obra e graça do companheiro Jacob Gorender.

É fácil, assim, fabricar “direitistas” a torto e a direito, pôr em alguém que está em divergência conosco o estigma de herético. Essa prática, de que usaram e abusaram os subjetivistas e dogmáticos, está sendo alijada de nossas fileiras e hoje já não há mais possibilidade de revivê-la. Por minha parte, cansei de fornecer carteira de “antidireitista” a bons moços que não tinham outras ambições senão copiar os livros e impor esquemas irreais aos incautos.

Uma ou duas estratégias?

O principal objetivo do meu artigo foi chamar a atenção para a duplicidade de posições introduzidas nas “Teses” (duas estratégias numa só etapa) e tornar evidente que se não for claramente delimitada a passagem do governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos marcos do regime vigente” (Tese 32) (governo que para mim corresponde a uma etapa histórica ou estratégica) para o “poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado” (Tese 33) (que para mim corresponde a outra etapa histórica e estratégica), não será possível ter clareza e segurança sobre a linha programática e tática que os comunistas brasileiros devem seguir para trilhar o caminho do socialismo.

Disse mais: que as “Teses” esboçam o problema das duas etapas mas não o enfrentam e desenvolvem, deixando subentendido quem no governo referido na tese 32, a burguesia tem o papel hegemônico, enquanto no governo referido na tese 33 está expresso que o papel hegemônico cabe ao proletariado.

Equivoquei-me em algum destes raciocínios?

Penso que não; e o próprio companheiro Jacob Gorender nada disse que me possa contradizer.

É verdade ou não é verdade que as “Teses” apresentam esses dois governos, que esses dois governos são qualitativamente diferentes, que o primeiro é conquistado nos marcos do regime vigente e que o segundo é alcançado com um poder dirigido pelo

proletariado? É verdade ou não é verdade que isto significa reconhecer a existência de duas etapas da revolução brasileira?

Entretanto, as “Teses” tratam, contraditoriamente, dos objetivos e tarefas pertencentes a estes dois tipos de poder como se somente existisse uma só etapa: “a revolução brasileira, na atual etapa, é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática (tese 22), etc. etc”.

Há ou não há uma contradição nisso?

Penso que há; e o companheiro Gorender nada disse que pudesse convencer a mim ou a quem quer que seja do contrário.

Quando eu afirmei, em meu citado artigo, que na primeira etapa “realizada ainda dentro dos quadros do capitalismo, a burguesia ascenderá ao poder” e “que será nele a força hegemônica” não acrescentei nada às “Teses” nem modifiquei o que delas se depreende, pois é absolutamente incontestável que um governo nacionalista e democrático “conquistado pela frente única nos marcos do regime vigente” (regime capitalista, entendo eu, APG), como está na tese 32, só pode ser um governo burguês, em que a burguesia é a força hegemônica. Por que então o companheiro Gorender faz desabar sobre mim céus e terras, descobre uma suposta “teoria direitista”, e me acusa de “postergar” a luta do proletariado pela sua hegemonia? Sou eu que estou contra as “Teses” ou está contra as “Teses” o companheiro Gorender?

Duas ou uma estratégia?

O companheiro Gorender tem também a sua “teoria” das etapas e apresenta-a: “Lutamos – diz ele – para que a primeira etapa culmine num poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado. Já na segunda etapa teremos a ditadura do proletariado, sob uma forma que, por hora, é muito difícil prever”.

É uma “teoria” pouco sábia, infelizmente, pois admite que a ditadura do proletariado da segunda etapa “é muito difícil prever”. Quanto a mim, penso que não é só “difícil” prever aquela ditadura do proletariado, com também é impossível prevê-la, pela razão muito simples de que o poder das forças antiimperialistas e antifeudais, sob a direção do proletariado JÁ É UMA FORMA da ditadura do proletariado. Por conseguinte, no esquema de Gorender, as duas etapas se reduzem numa só etapa.

Será que o companheiro Jacob Gorender ignora que um pode, seja qual for sua composição, que esteja sob a direção do proletariado é, em sua essência, uma ditadura do proletariado?

Deixo que esta pergunta ele mesmo responda.

Nenhuma estratégia?

Gorender começa por incorrer em lamentável confusão ao citar o conceito clássico de etapa revolucionária “segunda o qual cada etapa deve se caracterizar por transformações qualitativas na base econômica (substituição de velhas relações de produção por outras novas) e na natureza de classe do poder político (substituição de classes no poder)”, conceito que se aplica, no sentido largo, no sentido histórico, e ao querer aplicá-lo à política prática.

Esse conceito clássico, *lato sensu*, abrangendo as mudanças na base econômica e na superestrutura, é de fato, o conceito que devem usar os historiadores, posteriormente aos acontecimentos, para periodizar as grandes transformações no caráter das sociedades, como por exemplo, a grande divisão entre etapa democrática e etapa socialista, etc.

Mas, em política prática, o conceito utilizado para periodizar de antemão, para determinar a previsão estratégica, para delimitar as etapas históricas ou estratégicas, é o conceito *stricto sensu* de mudanças na superestrutura, de mudanças nas instituições políticas, na composição de classe do poder, mudanças que são a condição política preliminar para as ulteriores transformações na base econômica, nas relações de produção.

Além disso, considerar a periodização dos acontecimentos, a delimitação das etapas como tarefa UNICAMENTE dos historiadores é, com efeito, uma estranha opinião. Neste caso, que papel estaria reservado à estratégia política? Que seria da definição leninista de política como “arte”?

De uma penada, Gorender manda às favas, como trapo inútil, a arte da estratégia política. “Periodizar, de antemão, uma etapa da revolução é praticamente impossível, embora, a curto prazo, seja possível fazer previsões aproximadas”.

Está visto que Jacob Gorender não é a pessoa indicada para opinar sobre a necessidade de esclarecermos a questão das etapas da revolução brasileira.

O teste da revolução nacional

Em seu torneio de doutrinário, Gorender escapa do problema central colocado por meu artigo, que é o de definir o período intermediário, ou seja, a etapa atual que estamos vivendo e que é, queiram ou não queiram os radicalistas da extrema ou da meia “esquerda”, uma etapa que corresponde a um período anterior ao da forma inicial da ditadura do proletariado, isto é, anterior, à forma do “poder das forças antiimperialistas e antifeudais”.

Esse período intermediário liga-se particularmente à revolução nacional, que é o calcanhar de Aquiles de todos os subjetivistas e doutrinários. Se quisermos descobrir quem está à direita ou à esquerda da linha programática e tática da “Declaração” e das “Teses” bastará usar a pergunta sobre como encara o problema da revolução nacional. A revolução nacional é o teste, o papel tornesol que identificará quem está vertendo “esquerdismo” ou direitismo. O direitista falará de uma revolução nacional “tout court”, de uma revolução que não irá além da emancipação burguesa do caminho imperialista (coisa hoje impossível sem o apoio do movimento democrático, em que se inclui o proletariado, como disse eu em meu artigo); o “esquerdista” dará de ombros e não emprestará nenhuma importância à evolução nacional.

Como responderá a esta pergunta o companheiro Jacob Gorender? A que ele reduz a revolução nacional?

“Depois de atenta análise, não cabe senão uma resposta: a uma etapa que pode ser tudo, menos revolucionária, porque nenhuma transformação qualitativa nela ocorrerá.”

O companheiro Gorender fez essa afirmação depois de “atenta análise” do trecho em que eu sustento que “na primeira etapa, o objetivo fundamental (estratégico) é o deslocamento do poder da classe dos latifundiários feudais, da burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano, dos testas-de-ferro e mais entreguistas...” Fê-la, portanto, de plena consciência.

Para Gorender, deslocar do poder a classe dos latifundiários feudais, juntamente com a burguesia intermediária ligada ao imperialismo norte-americano (burguesia compradora ou capital comprador) e mais os testas-de-ferro e os entreguistas é tarefa de “uma etapa que pode ser tudo, menos revolucionária”.

Isso é ou não é desconhecer, menosprezar, aviltar o problema da revolução nacional? Então uma etapa que se propõe a fazer TODAS aquelas substituições no poder, TODAS aquelas mudanças na composição do Estado, “pode ser tudo menos revolucionária?”

O erro crasso do companheiro Gorender a respeito do que é e do que não é revolucionário leva-o, porém, muito mais longe. Leva-o a dizer que “para deter a penetração imperialista e retomar certas posições do imperialismo não é preciso consumir uma revolução, bastam certas alterações na correlação de forças”. E a acrescentar que “a prova é que, sem qualquer revolução, a penetração imperialista já foi detida em alguns setores, como o demonstra a conquista do monopólio estatal do petróleo, e certas posições foram retomadas ao imperialismo, como atestam a proibição da exportação de minerais atômicos e a encampação da filial da Bond ande Share em Porto Alegre.”

Mas quem falou, Jacob Gorender, em deter a penetração imperialista em ALGUNS SETORES e em retomar ao imperialismo CERTAS POSIÇÕES? E não compreende Gorender que estas vitórias parciais são vitórias revolucionárias? Que elas representam de fato vitórias parciais do curso da revolução no Brasil?

O raciocínio correto é este: se se tem obtido vitórias parciais contra o imperialismo, por medidas parciais de conteúdo revolucionário, FALTA AINDA deter a penetração do imperialismo e retomar posições ao imperialismo em TODOS OS DEMIAS SETORES e isto é o que deve fazer a revolução brasileira em sua etapa nacional democrática, com um poder que afaste do Estado aquelas forças que estão impedindo a generalização das citadas vitórias parciais. Isto agora está claro para o companheiro Gorender?

A história está repleta de exemplos de revoluções nacionais que cumpriram tarefas semelhantes àquelas que correspondem a uma parte das tarefas da revolução nacional democrática no Brasil.

Mas tomemos o exemplo mais recente e mais próximo – o da revolução cubana. Em sua primeira etapa, a revolução cubana foi (estará sendo ainda?) uma revolução nacional democrática dirigida pela burguesia; e seus atos, mais profundos, devido às condições específicas que a determinaram, “limitaram-se” a deter, fazer estancar a marcha da penetração imperialista e a retomar posições do imperialismo, mas não parou aí (e não parou porque começou a cumprir tarefas de uma etapa mais avançada). Pode-

se dizer que a revolução cubana realizou DESDE O COMEÇO “uma etapa que podia ser tudo, menos revolucionária”?

Pois, companheiro Gorender, os revolucionários brasileiros realmente interessados na luta patriótica de emancipação nacional nada poderiam desejar de melhor que aqui pudessem já estar realizadas as tarefas que a revolução cubana realizou durante todo o período em que é, ou foi, uma revolução nacional dirigida pela burguesia.

Poderão dizer, porém, que a revolução cubana não foi nunca, nem no seu começo, uma revolução dirigida pela burguesia, mas pela pequena-burguesia? Participará desta opinião o companheiro Gorender?

Não se deixe ele influir por esta opinião, a qual ouvi de um de seus companheiros mais próximo e que se declarou, a mim, de acordo com o seu artigo. E não se deixe influir por essa opinião porque ela é absolutamente errada, do ponto de vista do marxismo-leninismo.

Recordemos o que disse Lênin a esse respeito:

“a pequena burguesia não quer e *não pode* (grifado por Lênin) tomar sozinha o poder, como o provou a experiência de todas as revoluções, como o prova também a ciência econômica, a qual explica que em um país capitalista ou se pode ser pelo capital ou se pode ser pelo trabalho, mas se pode manter entre um e outro” (“*Os bolcheviques manter-se-ão no poder?*”, Lênin, 1 de outubro de 1917).

Lênin disse isso da Rússia czarista que ele considerava um país de pequenos burgueses.

A burguesia nacional já domina o Estado?

Outro erro crasso, cometido pelo companheiro Gorender, prende-se ao caráter atual do Estado brasileiro. Ele afirma, em seu artigo, que a burguesia nacional “já participa do poder político como um todo, como classe, embora deva compartilhar o poder, de modo contraditório, com os latifundiários (sobretudo aburguesados e a burguesia entreguista)”. Que quer dizer isso? Quer dizer que se foram por água abaixo as nossas perspectivas de uma frente única com a burguesia nacional para a tomada do poder do Estado. Onde vamos buscar burguesias nacionais ou nacionalistas fora do poder do Estado para lutar contra o Estado, se neste é que se encontra já, como um todo, como classe, a burguesia nacional? Quer dizer também, o companheiro Gorender, que a revolução burguesa já chegou ao seu fim histórico, já “terminou”, segundo entendiam

essa expressão entre aspas tanto Lênin como Stalin. E admitir que a burguesia nacional está no poder num país semicolonial ou dependente, significa dizer ainda que não há mais nenhuma revolução nacional a realizar. Ou haverá algum exemplo na história em que a burguesia nacional chega ao poder sem realizar uma revolução nacional? Eu confesso minha total ignorância a respeito.

Não precisa acrescentar que nisso também o companheiro Gorender está frontalmente contrário à “Declaração” e as “Teses”. Num e noutro desses documentos está dito que “o Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, (...) particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional”. Creio que se a idéia a exprimir fosse a de que a burguesia nacional já participa do Estado brasileiro, como classe, como um todo, não se teria porque usar outras palavras. No entanto, o que se lê naquele período, tanto na “Declaração” quanto nas “Teses” é uma descrição dos interesses representados no Estado e as camadas que se fazem representar estão dispostas na sua ordem de importância. Os dois documentos esclarecem que os interesses representados no Estado brasileiro são os de SETORES de capitalistas ligados ao imperialismo e os de SETORES (há ali uma elipse gramatical) também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional.

Nem na “Declaração” nem nas “Teses” há qualquer passagem onde se diga que a burguesia nacional tem participa do Estado, como um todo ou como classe. E não podia mesmo haver. Muito ao contrário, lemos na tese 17 o seguinte trecho:

“A aspiração da burguesia brasileira é, por isso, a de criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante”.

Se criar um Estado nacional independente corresponde a uma ASPIRAÇÃO da burguesia brasileira, muito mais o deve ser da burguesia nacional. E a classe que aspira a ser força dominante num Estado não é uma classe que já participa deste Estado como classe, como um todo. Se assim o fosse, esta classe não compartilharia o poder com outras classes que a impedem de realizar tal aspiração.

O companheiro Gorender entrou nessa confusão precisamente porque ele mostrou ignorar o qualquer aprendiz de marxista deve saber, isto é, que a revolução burguesa “termina” quando a burguesia toma o poder e já está participando como classe, como um todo do Estado. Daí por diante pode haver transformações revolucionárias de caráter democrático, mas unicamente sob a direção do proletariado. Com a tomada do

poder do Estado pela burguesia nacional, como classe, como um todo, a burguesia nacional deixa de ser revolucionária. Nesse sentido é que a revolução burguesa terminará no Brasil quando o Estado estiver sob o domínio ou sob a hegemonia da burguesia nacional.

Que tem a ver esse fato com as longas citações feitas por Gorender das “Duas táticas” de Lênin sobre o papel dirigente do proletariado? Só Deus sabe.

Não é por essa porta que o companheiro Gorender pode escapar da contradição lógica em que se enredou. : de um lado apóia as “Teses” e a revolução antiimperialista e antifeudal dirigida contra o Estado onde predominam as classes pró-imperialistas e pró-feudais e há uma parte não predominante de setores da burguesia nacional; de outro lado, acha que a burguesia nacional já participa como classe, como um todo do poder do Estado, o que equivale a imaginar que a revolução não deve ser antiimperialista e antifeudal, mas fundamentalmente antiburguesa e anticapitalista.

Lênin e a revolução agrária não camponesa.

Mais um erro crasso é cometido pelo companheiro Jacob Gorender quando mostra ignorar completamente a tese leninista das duas formas históricas da revolução agrária – a revolução agrária camponesa e a revolução agrária não camponesa. Embora sabendo que Gorender não gosta de trechos isolados de Lênin que não sejam os citados pelo próprio Gorender, transcrevo o seguinte “trecho isolado” de Lênin:

“Toda a revolução camponesa, dirigida contra as reminiscências feudais – quando é capitalista o caráter de toda a economia social – é uma revolução burguesa. Mas nem toda revolução burguesa é uma revolução camponesa. Se em um país com uma agricultura organizada totalmente em bases capitalistas, os agricultores-capitalistas, com ajuda dos operários assalariados, levassem a cabo a revolução agrária, destruindo por exemplo a propriedade privada da terra, esta seria uma revolução burguesa, mas de nenhum modo uma revolução camponesa. Se em um país cujo regime agrário se tenha amalgamado já a tal ponto com a economia capitalista em geral, que seria impossível destruir este regime sem destruir o capitalismo, sobreviesse uma revolução que colocasse no poder, suponhamos, a burguesia industrial em lugar da burocracia absolutista, esta seria uma revolução burguesa, mas de nenhum modo uma revolução camponesa. Em outras palavras: é possível um país burguês sem camponeses e, em semelhante país, é possível uma revolução burguesa sem os camponeses. É possível uma revolução burguesa num país de considerável população camponesa e que, não obstante, essa revolução não seja camponesa, isto é, seja tal que não revolucione as relações agrárias que afetam em especial os

camponeses e não destaque estes entre as forças sociais, sequer as ativas, executoras da revolução.” (O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa. Ed. Em línguas estrangeiras, 1949, pág. 165-166).

Não pretendo convencer Gorender da validade destes conceitos de Lênin e não vem ao caso discutir qual dos tipos de revolução citados podem ser aplicados ou não ser aplicados no Brasil. O que eu espero que Gorender compreenda, para não mais errar crassamente neste assunto, é que o fato de não ser camponesa uma reforma agrária não lhe tira o conteúdo revolucionário, e que há revoluções agrárias em qualquer parte do mundo ou em qualquer época da história que não sejam camponesas.

No Brasil, país de campesinato recente, de movimento camponês atrasado, podemos apoiar uma revolução agrária ou uma reforma agrária revolucionária, como preferirem, que, como diz Lênin, “não revolucione as relações agrárias que afetam em especial os camponeses e não destaque estes entre as forças sociais executoras da revolução”, em sua primeira etapa. Assim, em seu início, a revolução agrária ou a reforma agrária revolucionária, no Brasil, sem perder seu caráter revolucionário, pode revolucionar várias relações agrárias que afetam os camponeses, mas não os afetam “em especial”, tais como a destruição de muitos vestígios medievais, feudais, escravistas.

Com esta opinião não me afasto das “Teses” que dizem que é “necessário atribuir uma atenção primordial aos assalariados e semi-assalariados agrícolas”, a fim de impulsionar a organização das massas do campo, (ver meu artigo *As três formas da luta de classe no campo brasileiro*, onde desenvolvo esta opinião). Enquanto, como está nas “Teses”, a reforma agrária não se transformar em bandeira dos próprios camponeses, é possível “revolucionar” certas relações agrárias mediante uma reforma que não é, fundamentalmente, uma reforma agrária camponesa. E, à medida que os camponeses forem levados a participar do movimento agrário, conduzidos pelo proletariado e em aliança com este, a reforma agrária ainda não camponesa se transformará numa reforma agrária camponesa, o que acontecerá na segunda etapa da revolução antiimperialista e antifeudal. Mas Jacob Gorender, no seu artigo, não toca, senão na medida do seu desinteresse, na parte de meu artigo em que me refiro à segunda etapa da revolução, apesar de eu ter dito e repetido, no meu citado artigo, que uma etapa estava, e não poderia deixar de estar, entrelaçada INSEPARAVELMENTE com a outra. Gorender precisou fazer esta mutilação no meu pensamento, precisou separar o inseparável, a fim de encontrar motivos imaginários para me assacar toda a sorte de caluniosos apelidos.

Gorender repete Grabois

Na parte final de seu artigo, o companheiro Jacob Gorender, como que pretendendo dar piedosamente minha extrema-unção, apenas consegue mostrar o que até ali tinha mantido às ocultas e se revela o que de fato é: um esquerdista embuçado. Em duas ou três frases repete e endossa, quase palavra por palavra, as posições de Maurício Grabois.

Grabois acusa as “Teses” de embelezar o capitalismo. Gorender me acusa de purificar e aperfeiçoar o capitalismo, de louvar a hegemonia da burguesia. Grabois diz que “se deve exigir (...) que o governo mude sua política e demita os ministros e outros colaboradores categorizados diretamente comprometidos na capitulação ao imperialismo norte-americano (...) mas isto com o objetivo de mobilizar, esclarecer e educar as massas, desmascarar os entreguistas e não para transformar o atual governo em governo de coligação nacionalista e democrática”. Gorender diz que “a luta por um governo nacionalista e democrático passa a ser entendida (por mim, APG) como luta pela ditadura da burguesia e não como meio para alterar a correlação de forças em favor de uma revolução conseqüente”.

Comparemos: Grabois fica apenas no limite da demissão de ministros e não quer mudar o governo de coligação nacional democrática; Gorender contenta-se apenas em alterar a correlação de forças em favor de uma revolução conseqüente e não aceita a idéia que espousei de que deve haver, na primeira etapa, mudanças de classes no poder.

Gorender se toma de ferina indignação e me acusa de direitista e oportunista de direita porque eu afirmo haver na primeira etapa da revolução brasileira a POSSIBILIDADE REAL de serem desalojadas do poder as mais caducas forças do colonialismo e do pré-capitalismo, isto é, toda a classe dos latifundiários feudais e ultra-reacionários, juntamente com os agentes entreguistas e testas-de-ferro do imperialismo norte-americano.

Que faria Gorender se viesse a saber que as “Teses” propõem nas fases iniciais da revolução antiimperialista e antifeudal (fases que eu consideraria correspondentes à primeira etapa) a formação de um ou sucessivos governos de caráter burguês, nos quadros do regime vigente, com tarefas aproximadas daquelas que eu propus para a primeira etapa da revolução? Dirão que Jacob Gorender sabe disso. Tanto pior para ele.

Mas me respondam os que me lerem: se Gorender se enfurece contra o “direitismo” de mudar as classes no poder, conforme propus, na primeira etapa da revolução, como pode estar tranquilamente a favor do “direitismo” de mudar apenas a correlação de forças, como ele mesmo propõe?

Esclareço, de uma vez por todas, que a diferença existente entre a minha apresentação do problema e a apresentação do mesmo problema nas “Teses” é uma questão menos de conteúdo do que de forma. Enquanto as “Teses” consideram as mudanças a realizar-se como mudanças nos governos, eu considero estas mudanças como mudanças na composição do Estado. Enquanto as “Teses” consideram essas mudanças como graduais, como fases de uma mesma etapa, eu considero essas mudanças como mudanças mais radicais, como mudanças qualitativas e, portanto, constantes de duas etapas, em vez de uma.

Acho eu que a minha proposição de delimitar as etapas, de fixar os objetivos e as tarefas, nos termos em que fiz, botando os pontos nos ii e dando nomes aos bois, contribuirá para dar às “Teses” mais coerência com o seu conteúdo revolucionário e com o sentido geral de sua análise justa da situação concreta brasileira. E vou mais longe: acho que às “Teses” falta justamente isso – distinguir e ordenar, desembaraçar e definir os objetivos e tarefas que têm de ser realizados, na ordem cronológica ou histórica, isto é, os que terão de ser realizados proximamente e os que terão de ser realizados menos proximamente. Só assim se terá clareza sobre as linhas divisórias, os “instantes estratégicos” em que se modificará a composição do poder, e sobre que classes deverão ser desalojadas do poder e que classes entrarão no poder.

Em caráter de adendo – Não reconheci em seu artigo o Jacob Gorender escrupuloso nas críticas, inteligente e justo nas interpretações, o qual sempre mereceu de mim toda estima, admiração e respeito.